UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NA PERSPECTIVA TRANSDISCIPLINAR

SIMONE MOREIRA SANTOS

POLITICAS PÚBLICAS EM PROL DOS ESTUDANTES COM DEFICIENCIA: estudo de caso em uma escola municipal do município de Penedo-Alagoas

Teotônio Vilela - AL

2024

SIMONE MOREIRA SANTOS

POLITICAS PÚBLICAS EM PROL DOS ESTUDANTES COM DEFICIENCIA: Estudo de caso em uma escola municipal do município de Penedo-Alagoas.

Artigo científico apresentado como exigência parcial para a conclusão do Curso de Especialização em Educação Especial e Inclusiva na Perspectiva Transdisciplinar, do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas.

Orientador: Dr. Luís Paulo Leopoldo Mercado.

Teotônio Vilela - AL

2024

SIMONE MOREIRA DOS SANTOS

POLÍTICAS PÚBLICAS EM PROL DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA: ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE PENEDO-ALAGOAS

Artigo científico apresentado como exigência parcial para a conclusão do Curso de Especialização em Educação Especial e Inclusiva na Perspectiva Transdisciplinar, do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas.

Artigo Científico defendido e aprovado em 19 de Outubro de 2024.

Orientador: Prof. Dr. Luís Paulo Leopoldo Mercado

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
gov.br
LUIS PAULO LEOPOLDO MERCADO
Data: 19/10/2024 07:40:50-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Luís Paulo Leopoldo Mercado – Orientador
Examinador 1

Documento assinado digitalmente
gov.br
WEIDER ALBERTO COSTA SANTOS
Data: 19/10/2024 16:37:09-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Ms. Weider Alberto Costa Santos
Examinador 2

Documento assinado digitalmente
gov.br
ESMERALDA CARDOSO DE MELO MOURA
Data: 20/10/2024 11:13:53-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Ms. Esmeralda Cardoso de Melo Moura
Examinadora 3

Maceió-AL
2024

POLITICAS PÚBLICAS EM PROL DOS ESTUDANTES COM DEFICIENCIA: Estudo de caso em uma escola municipal do município de Penedo-Alagoas.

Simone Moreira Santos[1]
Luís Paulo Leopoldo Mercado[2]

Resumo

Este estudo buscou analisar o que as ações de políticas públicas, tais como ônibus adaptados, cursos de qualificação para professores, lançamento de programas de desenvolvimento cognitivo, entre outros, estão proporcionando na educação inclusiva do município de Penedo-Alagoas. Neste estudo, buscamos responder à pergunta: Os investimentos em políticas públicas em prol de estudantes com deficiência estão contribuindo para alcançar as metas estabelecidas no Plano Municipal de Educação? A metodologia envolveu abordagem qualitativa, utilizando-se da pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas com profissionais da educação inclusiva, atuantes na escola municipal de educação básica Santa Luzia. As entrevistadas ressaltaram que um dos principais obstáculos na educação inclusiva é a ausência da família na escola. Uma das últimas ações do município em prol desses alunos foi o lançamento do programa Penedo inclusivo, em parceria com a Cognvox, disponibilizando diversas praticas que possibilitam o desenvolvimento cognitivo dos alunos atípicos. Analisando o Plano Municipal de Educação do município foi constatado que algumas metas foram alcançadas: Metade da frota de ônibus adaptados, contratação de profissionais para educação inclusiva e cursos de capacitação para profissionais. Apesar de muitos avanços, é fato que muito ainda precisa ser feito. Fica com o desenvolvimento dessa pesquisa a esperança de que outros municípios que ainda não tenham esse interesse pela educação inclusiva, passe investir mais, pois o direito a educação é de todos.

[1] Especialista em Educação Inclusiva pela Universidade Federal de Alagoas. Possui graduação em Língua Portuguesa e Pedagogia. E-mail: sm1727250@gmail.com.
[2] Professor Titular da Universidade Federal de Alagoas. E-mail: luispaulomercado@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-8491-6152

Palavrs-chave: Educação; Inclusiva; Atípicos; Metas.

1. Introdução

O artigo 205 da Constituição Federal do Brasil de 1988 preconiza que a educação é direito de todos e dever do estado e da família, ou seja, temos o direito de frequentar uma escola, independentemente de qualquer circunstância. Apesar dessa conquista, a inclusão de pessoas com deficiência no ambiente escolar, ainda é um grande desafio, pois a falta de profissionais qualificados, a falta de estrutura nas escolas, o baixo investimento em recursos de tecnologia assistiva (TA), são alguns dos entraves que dificultam o acolhimento desses estudantes. Assim, o investimento em políticas públicas, nas quais promovam o bem-estar e aprendizagem dos alunos é fundamental para proporcionar um acolhimento e consequentemente desenvolvimento vindouro dessas pessoas.

Nesse contexto, este estudo buscou analisar o que as ações de políticas públicas, tais como ônibus adaptados, cursos de qualificação para professores, lançamento de programas de desenvolvimento cognitivo, entre outros, proporcionaram e estão proporcionado na educação inclusiva e como programas de fomento a educação inclusiva estão impactando a educação dos estudantes atípicos na maior escola municipal da cidade de Penedo-Alagoas, possibilitando a disseminação de tais informações que servirão de inspiração para outras instituições de ensino.

Nesse estudo, buscamos responder à pergunta: Os investimentos em políticas públicas em prol de estudantes com deficiência estão contribuindo para alcançar as metas estabelecidas no Plano Municipal de Educação?

Para chegar a essas respostas, este estudo teve como objetivo identificar como as políticas públicas estão sendo aplicadas na rede municipal de ensino da cidade de Penedo-AL, dando ênfase aos impactos que essas ações estão promovendo na Escola Municipal de Educação Básica Santa Luzia. Para atender a este objetivo, foram analisados os aspectos: identificação das políticas públicas que estão sendo aplicadas em prol dos estudantes com deficiência nas escolas municipais da cidade de Penedo-AL e identificar os efeitos que tais ações estão promovendo no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes com deficiência na Escola Municipal de Educação Básica Santa Luzia.

2. Educação Inclusiva: Um direito conquistado

Acordar, tomar banho, escovar os dentes, vestir o fardamento escolar, colocar os calçados, arrumar os materiais escolares na mochila, são alguns dos rituais que a grande maioria das pessoas fazem ou já fizeram para ir à escola, afim de tornar-se um cidadão completo e apto a viver em sociedade de forma adequada. Outrora, uma parcela da população não praticava tais rituais tão corriqueiros para a maioria das pessoas, pois o direito de frequentar uma sala de aula, eram negados a elas. Essa minoria da população era vista como pessoas estranhas, sem função na sociedade, sendo muitas vezes torturadas e mortas. De fato, nascer com algum tipo de deficiência era praticamente estar condenado a exclusão, ao preconceito e a tortura. O direito a frequentar uma sala de aula juntamente com os demais estudantes foi uma conquista que demorou a ocorrer, mas aos poucos está ganhando cada vez mais espaço, apesar de muitas barreiras ainda estarem presentes. Neste contexto, os espaços escolares e a dinâmica do cotidiano escolar, tiveram que se adaptarem e trabalhados para acolher esse público. Segundo aponta Santos (2003, p. 4):

> Uma instituição educacional com orientação inclusiva é aquela que se preocupa com a modificação da estrutura, do funcionamento e da resposta educativa que se deve dar a todas as diferenças individuais, inclusive as associadas a alguma deficiência – em qualquer instituição de ensino, de qualquer nível educacional.

Nem todos os espaços escolares estão aptos a receber esses alunos, principalmente a rede privada, que a cada ano perde alunos para as instituições públicas, pois não tem estrutura (recurso humano e material) que promovam o acolhimento desses estudantes. Segundo Soares (2022, p 15):

> As escolas particulares em alguns casos alegam que a responsabilidade pelos custos e investimentos para atendimento ás necessidades das crianças deficientes, são exclusivamente do estado e que a cobrança destes valores é inconstitucional. Defendem que a recusa e dificuldade na aceitação e matricula destes alunos em suas unidades, não ocorre por preconceito ou discriminação, mas sim pela onerosidade excessiva que tais alunos trarão.

Assim, por fatores como esse, as escolas públicas a cada ano vêm recebendo cada vez mais alunos em suas dependências, sendo necessário a criação de políticas públicas para o pleno acolhimento e desenvolvimento desse público.

Apresentamos alguns documentos internacionais que influenciaram a criação de Políticas Públicas voltadas a educação regular e a educação inclusiva no Brasil:

a) **Declaração Universal dos Direitos Humanos -** datada de 10 de dezembro de 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) é um documento considerado pioneiro na garantia da educação para todos. Conforme aponta o artigo 26:

> Todo ser humano tem direito a instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, está baseada no mérito. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais (Unesco, 1998, p.5).

A DUDH foi um documento fundamental para conferir uma vida digna a humanidade, porém, muitos desses direitos não foram garantidos. A educação inclusiva, por exemplo, só teve origem no ano de 1975, nos Estados Unidos e no Brasil em 1994, através da Declaração de Salamanca. Assim, o direito a educação para todos até então não estava sendo respeitado, pois as pessoas com deficiência não frequentavam uma escola comum. O ambiente educacional para esse público eram centros de educação isolados, voltados apenas para deficientes. Através de muita reinvindicação, sobretudos dos pais de pessoas atípicas, atualmente o direito a inclusão está ocorrendo, apesar de muitas falhas ainda persistir, mas um grande passo já foi dado.

b) Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien) - Realizada em 1990, na Tailândia, a conferência de Jomtien resultou na elaboração de um plano de ação satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, visto que, o direito a educação, um dos pontos fundamentais garantidos pela DUDH, não estava tendo um alcance em todas as partes do mundo. Esse plano de ação foi intitulado de “Declaração Mundial sobre Educação para Todos”. Segundo consta em reportagem da Folha de São Paulo publicada no ano de 1999:

> A principal conclusão do encontro foi que o acesso universal á educação e o combate ao analfabetismo deveriam se tornar prioridade internacional nos próximos dez anos. Patrocinados por agencias como Unicef e Unesco, o objetivo da conferencia era eliminar a degradação dos serviços educacionais observada ao longo dos anos 80 (Folha de São Paulo, 1999).

Esta Conferência, contou com a participação de representantes de governos, organismos internacionais e bilaterais de desenvolvimento e organizações não governamentais, tendo como objetivo central satisfazer as necessidades básicas da aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos.

c) Declaração de Salamanca - realizada no ano de 1994 na Espanha, a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas: Acesso e qualidade, evento no qual resultou na aprovação da “Declaração de Salamanca”, contendo ações educacionais que propõem a educação inclusiva para todas as crianças com necessidades educativas especiais. Para Breitenbach (2017) dos documentos internacionais existentes, a Declaração de Salamanca pode ser considerado o documento que mais influenciou a elaboração das políticas públicas de educação especial em nosso país.

d) Convenção de Guatemala - aprovada no ano de 1999 uma convenção intitulada “ Interamericana para Eliminação de todas as Formas de Descriminação contra as Pessoas com Deficiência”. Como o próprio título sugere, essa convenção teve por objetivo prevenir e eliminar todas as formas de discriminação contra pessoas portadoras de deficiência, proporcionando a sua plena integração a sociedade. O Brasil aderiu a essa convenção através do Decreto n° 3.956 de 2001, ganhando força de lei.

> Reafirmando que as pessoas portadoras de deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas e que estes direitos, inclusive o direito de não ser submetidas a discriminação com base na deficiência, emanam da dignidade e da igualdade que são inerentes a todo ser humano (Brasil, 2001 p.1).

Um dos pontos mais importantes dessa Convenção foi a abordagem da educação. Na ocasião os estados partes comprometeram-se a:

> 1. Tomar as medidas de caráter legislativo, social, educacional, trabalhista, ou de qualquer outra natureza, que sejam necessárias para eliminar a discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência e proporcionar a sua plena integração à sociedade, entre as quais as medidas abaixo enumeradas, que não devem ser consideradas exclusivas: 16 · a) medidas das autoridades governamentais e/ou entidades privadas para eliminar progressivamente a discriminação e promover a integração na prestação ou fornecimento de bens, serviços, instalações, programas e atividades, tais como o em prego, o transporte, as comunicações, a habitação, o lazer, a educação, o esporte, o acesso à justiça e aos serviços policiais e as atividades políticas e de administração (Brasil, 2001, p.1).

A realização dessa Convenção foi fundamental para garantir a inclusão e conquista de direitos fundamentais das pessoas com deficiência.

3- Legislação Nacional acerca dos sujeitos da educação especial:

a) Constituição Federal de 1988 - no inciso III do artigo n°208, é declarado o compromisso do estado com o Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos indivíduos com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Assim, a Constituição Federal assegura um serviço voltado para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação, que possibilita derrubar barreiras, por meio da elaboração de recursos pedagógicos e de acessibilidade, possibilitando o desenvolvimento desse público. O AEE complementa ou suplementa a formação dos alunos, sendo realizado prioritariamente nas salas de recursos multifuncionais da própria escola.

b) Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - assegura o direito a educação para todas as crianças com ou sem deficiência. No artigo 54 o ECA prevê o AEE as pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Assim como na Constituição Federal de 1988, o AEE também é assegurado no ECA, reforçando ainda mais a importância desse tipo de atendimento, visando reforçando o ensino passado na sala de aula regular.

c) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) - lei n° 9394/96 em seu capitulo V, artigo 58, aborda sobre a Educação Especial.

> Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Já no artigo 59° traz o que os sistemas de ensino devem assegurar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

d) Política Nacional da Educação Especial (PNEE) de 2008 - define como sujeitos da Educação Especial, pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, defendendo a escolarização dos mesmos em escolas comuns. O supracitado documento tem função orientadora, precisa de apoio de outros documentos para conseguir ganhar força de lei.

Através de observações, diálogos, pesquisa de especialistas feitas nas cinco regiões do Brasil, nas quais os dados coletados foram transcritos em relatórios, o PNEE foi criado. Este documento foi elaborado, visando atender aos anseios, dos

alunos com deficiência, dos familiares desses alunos, dos professores, gestores escolares, secretários de educação, pesquisadores, membros de conselhos, etc, que buscavam o cumprimento da garantia constitucional a educação para todos.

Machado e Souza Pan (2012) apontam que as políticas públicas são medidas que põem em ação a legislação, são guias centrais para o direcionamento de atividades educativas. A Política Nacional de Educação Inclusiva na Perspectiva da Educação Inclusiva, em vigor desde 2008, objetiva assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir:

> Acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação Inter setorial na implementação das políticas públicas (Brasil, 2008, p 14).

Estamos diante de um documento que traz tudo que é preciso ter para que todos os excepcionais sejam acolhidos nas escolas e que tenham esse acolhimento de forma eficaz, e que de fato ocorra inclusão.

e) Lei Brasileira da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) - Em 2015, foi criada a Lei n° 13.146, na qual institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Esta lei estabelece direitos e garantias ás pessoas com deficiência, inclusive a educação. Estabelece que a educação também é um direito da pessoa com deficiência, devendo ser inclusiva, devendo ser garantida a participação das crianças em todos os níveis de ensino.

Assim, amparados por uma série de documentos normativos, as pessoas com deficiência foram garantindo seus direitos como qualquer outro cidadão, inclusive a frequentar os espaços escolares.

f) Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo.

Regulamentada pelo Decreto nº 8.368/2014 – garante os direitos dos autistas e os equipara às pessoas com deficiência. A supracitada lei assegura os direitos como a uma vida digna, integridade física e moral, o livre desenvolvimento

da personalidade, segurança e o lazer, proteção contra qualquer forma de abuso e exploração, acesso a ações e serviços de saúde e direito a educação.

É notório que a educação inclusiva vem crescendo cada vez mais ao longo dos últimos anos, principalmente após a aprovação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação inclusiva no ano de 2008. Segundo dados do Censo escolar do INEP o número de estudantes matriculados em 2003, eram 145.141, passando para 750.983 em 2015 e no ano de 2023 passou a ter mais de 1,7 milhões de estudantes matriculados, sendo que a maior concentração está no ensino fundamental com 62,90% das matriculas.

Neste viés a Educação Especial deixou de ser um sistema de ensino paralelo, se inserindo em um contexto geral da educação (Brasil, 2002, p.12). De acordo com Rebelo e Kassar (2018, p.291) “ o número de matriculas de alunos da educação especial aumentou em todas as regiões no período de 2007 a 2014”. Dados do senso escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), as matriculas na educação infantil, creches e pré-escolas, registraram um aumento da ordem de 10,5%, entre os anos de 2011 e 2012.

A implantação de Políticas públicas de inclusão no Brasil incentivou a pessoas com deficiência a procurarem a educação especial, gerando crescimento significativo nas matriculas das classes comuns da educação básica (Ferreira; Andrade, 2014).

O motivo por tanto progresso na educação inclusiva, se deve a implantação de políticas públicas que proporcionam o acolhimento deste público, proporcionando confiança aos pais e demais responsáveis e aprendizagem dos estudantes.

> Pensar em políticas públicas de inclusão escolar significa planejar e programar projetos que ampliem as possibilidades de acesso e inserção social dos diferentes grupos marginalizados seja por sua situação de pobreza extrema, por sua condição de cor, raça e etnia, por diferenciações em sua compleição física ou cognitiva, principalmente pela questão da vulnerabilidade, bem como entre tantas outras possibilidades. Ou seja, o leque da exclusão social é tão grande quanto são os mecanismos de imposição de padrões de normalidade ao qual a humanidade esteve submetida historicamente, que preconizam modelos estéticos, de inteligência, de linguagem, de condição econômica e cultural, com que devemos nos conformar, sob o risco de engrossarmos as fileiras dos excluídos socialmente (Matiskei, 2004, p.187

Para que todos consigam ter direito a educação, não basta apenas querer e abrir as portas das escolas sem dar estrutura adequada para receber esse público, ou seja, para que haja um acolhimento e de fato aprendizagem as instituições de ensino devem ser adaptadas em todo seu contexto: arquitetura do prédio e do mobiliário e preparo dos profissionais.

6. O Contexto: educação inclusiva no município de Penedo-AL

Localizada no extremo sul do estado de Alagoas, as margens do Rio São Francisco, a cidade histórica de Penedo encanta a todos com o seu patrimônio histórico, arquitetônico, cultural e artístico. Atualmente conta com 30 escolas municipais. Em entrevista à rádio local Penedo FM, em janeiro de 2024, o secretário de educação do município, Luciano Lucena, destacou que em 2022, o número de estudantes neurodiversos matriculados no município era de 220 e em 2023 chegou a 369.

Através de ações implantadas na rede municipal de ensino, tais como: cursos de capacitação para professores da educação inclusiva, ônibus adaptado para cadeirantes, contratação de cuidadores e professores auxiliares, sala de recursos multifuncionais em todas as escolas e lançamento do programa Penedo Inclusiva (Iniciativa feita em parceria com o cognvox que é um programa de desenvolvimento para pessoas neurodiversas), estão promovendo um avanço na inclusão desses alunos na rede de ensino. Conforme será visto adiante, uma das ações mais importantes que o município está promovendo é a contratação e capacitação dos profissionais que atuam com este público, pois além de auxiliar estes estudantes trazem segurança para os pais. De acordo com Aguiar (2004, p.15):

> [...] as escolas devem acomodar todas as crianças, possibilitando que elas aprendam juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter, quer sejam de origens física, intelectual, social, emocional, linguística ou outras. Assim, os gestores devem ser capazes de reconhecer e responder às diversas necessidades de seus discentes, respeitando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos, por meio de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com a comunidade escolar.

A capacitação de profissionais para trabalhar com estudantes atípicos é primordial, pois não basta apenas ter conhecimento sobre a deficiência do aluno, é imprescindível ser compreensivo e afetuoso com os estudantes.

> A interação professor-aluno ultrapassa os limites profissionais e escolares, pois é uma relação que envolve sentimentos e deixa marcas para toda a vida. Observamos que a relação professor-aluno, deve sempre buscar a afetividade e a comunicação entre ambos, como base e forma de construção do conhecimento e do aspecto emocional (Miranda, 2006, p.2).

No geral ter profissionais capacitados para lidar com esse público ainda é difícil, pois muitos entram nessa profissão achando que é mais fácil ser professor auxiliar da educação especial do que ser professor regente. Assim, muitos que entram com essa percepção tendem a desistir, pois antes de ter o conhecimento de causa é fundamental gostar do que faz.

Além disso, dispor de ônibus adaptados com acentos com elevador para transportar cadeirantes, rampas, banheiros adaptados, salas de AEE, entre outros, são fundamentais para o bem-estar destas pessoas.

Visando melhorias na educação inclusiva, foi aprovado no a o de 2005 O Plano Municipal de Educação. O supracitado documento foi aprovado Através da Lei Municipal de n°537/201, no qual está fundamentado no Plano Nacional de Educação (PNE), é um documento contendo 20 metras e várias estratégias para alcança-las. Com prazo de vigência de 10 (dez) anos, no próximo ano (2025) não será mais valida, sendo necessário criar um novo documento. Entre essas metas, a educação inclusiva está representada na meta 2 e 4. Na meta 2, é estabelecido que ocorra a ampliação das matriculas de todos estudantes, inclusive com deficiência. Já na meta 4, foram traçadas 11 estratégias:

> **4.1** Objetiva promover a universalização do atendimento escolar as crianças público alvo da educação especial, com faixa etária de 0 a 3 anos.
>
> **4.2** Visa assegurar, no prazo de 5 anos, a partir da aprovação deste plano, a adaptação de no mínimo 50% da frota de transporte escolar.
>
> **4.3** Objetiva disponibilizar livros para sistema Braile, livros falados, digitalizados e em escrita ampliada para todas as crianças, adolescentes e adultos cegos e com baixa visão, e também em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). (Penedo, 2015).
>
> **4.4** Objetiva efetivar por meio de concurso público, no prazo de 05 anos, profissionais qualificados e habilitados em nível superior, par atuar na educação inclusiva.
>
> **4.5** Objetiva promover parcerias com Universidades, faculdades locais a fim de criar projetos de extensão universitária, visando a inclusão de todas as crianças, jovens e adultos com deficiência na educação básica e ensino superior.
>
> **4.6** Criação de classes bilíngues.

> **4.7** Objetiva oferecer cursos de aperfeiçoamento/especialização que dê condições de serem trabalhados com pessoas com deficiência e outras especificidades para os professores da rede pública de ensino.
>
> **4.8** Objetiva promover parcerias com instituições comunitárias/confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, afim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema de ensino inclusivo.
>
> **4.9** Objetiva promover por iniciativa da Secretaria Municipal de Educação, nos órgãos de pesquisa, demografia e estatística obtenção de informação sobre o perfil das pessoas com deficiência e outras especificidades de 0 a 17 anos.
>
> **4.10** Apresenta como ação a definição, no terceiro ano de vigência do PME, de indicadores de qualidade e políticas de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestem atendimento ao público alvo da educação inclusiva.
>
> **4.11** Objetiva promover por meio de parcerias com o comercio e empresas locais, estágios para jovens e adultos deficientes, visando a inclusão no mercado de trabalho.

Conforme será explanado mais adiante, muitos resultados positivos já foram alcançados, mostrando que a inclusão está avançando cada vez mais.

7. Metodologia

Esta pesquisa teve abordagem qualitativa e envolveu um estudo de caso. Para seu desenvolvimento foram feitas pesquisa bibliográfica e documental, através de pesquisas em sítios da internet. Os participantes da pesquisa foram: professora auxiliar da Educação Especial, Psicopedagoga que atende na sala de AEE e a Assistente do programa Cognvox na escola Santa Luzia. O local da pesquisa foi a Escola Municipal Santa Luzia. A escolha dessa escola para a realização da pesquisa, deve-se porque trata-se da maior escola em número de alunos da rede, também por ser meu local de trabalho e assim já conhecer a dinâmica de funcionamento da instituição facilitando assim o processo da pesquisa.

Para coleta dos dados foram feitos contatos com os participantes da pesquisa, afim de explicar o contexto do trabalho e o papel que cada um deles na pesquisa. Após esse primeiro contato e com as devidas aceitações elaborei os questionários, cada um deles contendo 10 (dez) questões abertas cada. Os dados coletados foram compilados, organizados, analisados e serão divulgados em forma de artigo. Após essa primeira parte foi feito a leitura do Plano Municipal de Educação – PNE, e com isso identificado quais metas já foram alcançadas e quais precisam ser aplicadas daqui para frente.

8 – Resultados e Discussões

Na análise das metas do Plano Municipal de Educação de Penedo –Alagoas com os dados coletados por meio de pesquisas na web em sites de emissoras de rádios locais, página da Secretaria de Educação de Penedo-AL e entrevistas com profissionais da educação inclusiva, foi constatado que das metas estabelecidas para a educação inclusiva, muitos avanços foram alcançados. Na meta 2, cuja estratégia 5, propõe assegurar o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais, na rede regular de ensino, com profissional especializado, foi possível ver que houve avanços significativos. Nos dados publicados pelo Censo escolar 2019, 117 estudantes com deficiência estavam matriculados nas escolas da rede estadual e municipais, nos anos finais do ensino fundamental. Atualmente, conforme afirma o secretário de educação do município, Luciano Lucena, em entrevista à rádio local (Penedo-FM), no ano de 2022 o número de matriculas de alunos neurodivergentes no ano de 2022 foram de 230 alunos. No ano de 2023 saltou para 300. Somente a escola Santa Luzia conta com 88 alunos com deficiência matriculados nesse ano de 2024. Em entrevista com a psicopedagoga, Darlyane da Silva Santos (Anexo 1) que atende atualmente na escola Santa Luzia, quando ela iniciou sua carreira na educação inclusiva, no ano de 2018 a estimativa de alunos matriculados na rede eram de 100, ou seja, mais um dado que mostra que o aumento de alunos com deficiência matriculados está aumentando consideravelmente. Quanto ao profissional especializado, o estudo feito por Silva *et al* (2017), revelou que no ano de 2017 o município contava com profissionais sem formação especifica que atuavam como professores de reforço escolar. Analisando os editais dos dois últimos processos seletivos realizados no município (anos de 2023 e 2024), é possível ver que o nível de qualificação está exigindo formação especifica e quanto mais qualificação, maior será as chances de serem contratados de imediato (Figura 1).

2.2. Das funções, cadastro de reserva, requisitos, carga horária e remunerações:

Nº	CARGOS/ FUNÇÕES	CADASTRO DE RESERVA	REQUISITOS	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO
1	Tradutor/Intérprete de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	CR	Graduação Específica ou Ensino Médio Completo com Certificado de Proficiência (PROLIBRAS) ou Formação Profissional de Tradutor e Intérprete de LIBRAS, nos termos do Art. 4º da Lei Federal nº 12.319/2010 ou Curso de Língua Brasileira de Sinais.	20h	R$ 1.500,00
2	Professor/Instrutor de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) – Educação Infantil e de 1º ao 9º ano	CR	Ensino médio completo com habilitação em LIBRAS ou Ensino superior completo com habilitação em Libras ou Ensino superior completo e Certificado de proficiência (PROLIBRAS) ou Formação de instrutor de Libras, conforme Art. 6º do Decreto 5.626/05.	20h	R$ 1.500,00
3	Ledor/Transcritor de Braille	CR	Ensino Médio Completo com habilitação no Sistema Braile (leitura e escrita)	20h	R$ 1.500,00
4	Professor Auxiliar para Educação Especial	CR	Graduação em Educação Especial ou Pedagogia e Curso de Especialização em Educação Especial ou Educação Inclusiva AEE – Atendimento Educacional Especializado	20h	R$ 1.752,43
5	Professor para Educação Especial (Sala de Recursos)	CR	Graduação em Pedagogia e Curso de Especialização em Educação Especial ou Educação Inclusiva AEE – Atendimento Educacional Especializado ou Graduação em Educação	20h	R$ 1.752,43

Ativar o Windows
Acesse Configurações para

Figura 2: Recorte do edital do PSS 2024 da educação.

Quanto a meta 4, algumas foram alcançadas:

- Adaptações de no mínimo 50% da frota dos ônibus escolares. No ano de 2023, o município adquiriu com recursos próprios 10 novos ônibus escolares, renovando grande parte da frota (continha 20 ônibus), destes novos veículos, 8 (oito) conta com elevador para cadeira de rodas. Ao juntar esses novos veículos com os mais antigos, que contam com essa estrutura, podemos constatar que essa meta foi alcançada;
- Contratação mediante concurso público, o município não promove concurso público para trabalhar com a educação inclusiva, mas todos os anos lança editais de processo seletivo para contratação de profissionais nessa área;
- Quanto a realização de cursos de capacitação, o município conta com um Centro de Habilitação Profissional (CHP), (inaugurado no início de 2024) que

promove cursos de capacitação para todos os servidores da educação. Os cursos ofertados esse ano foram: Educação de jovens e adultos, Educação infantil, Alfabetização e Letramento, Educação Inclusiva, Gestão Educacional, Recreação, Revisão textual, Transtornos e Distúrbios da Aprendizagem, entre outros. Segundo os funcionários do instituto, até o fim do ano serão disponibilizados mais cursos de formação;

- A Secretaria Municipal de Educação coleta informações através de órgãos de pesquisa, demografia e estatística, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), obtenção de informações sobre o perfil das pessoas com deficiência, e outras especificidades de 0 a 17 anos;
- Quanto as parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, foi possível encontrar no site oficial da prefeitura de Penedo, que o município possui parcerias com o Centro de Reabilitação e Equoterapia Santa Clara (ACRESC). Essa instituição conta com a presença de uma equipe multidisciplinar: Psicólogos, Psicopedagogos, Terapeutas ocupacionais, Fisioterapeutas, fonoaudiólogos, etc. Nas escolas municipais quando os profissionais suspeitam que determinado aluno possa ter algum tipo de transtorno, é solicitado a presença de um/uma psicólogo que irá checar e encaminhar para um especialista que se constatar algum tipo de transtorno irá disponibilizar um laudo. Com o laudo, a escola facilitará aos pais ter contato com uma assistente social que irá procurar uma vaga para tratamento da criança, como o ACRESC tem essa parceria com a prefeitura, muitos vão para lá, mas no momento as vagas estão esgotadas, estando muitos em uma fila de espera.

Um passo muito grande já foi dado em relação a educação inclusiva no município, porém muitas metas importantes ainda precisam ser alcançadas, para que de fato tenhamos uma educação inclusiva de qualidade e que alcancem todos. Além disso, outro fator deve ser analisado para que as barreiras da educação inclusiva sejam derrubadas: A ausência da família. Em entrevista feita com uma professora auxiliar da educação inclusiva da escola Santa Luzia, a mesma afirmara que a ausência ou até mesmo a não aceitação da família em aceitar um diagnóstico, afeta o trabalho e até mesmo o desenvolvimento dos alunos (Anexo 2).

Apesar de muito ainda precise ser realizado em prol da educação inclusiva, é bastante visível o engajamento que o município está promovendo em prol da educação inclusiva. A exemplo disso no ano de 2023 foi lançado o programa Penedo Inclusiva em parceria com o COGNVOX, um programa que contém diversas praticas voltadas para pessoas atípicas (Figura 2).

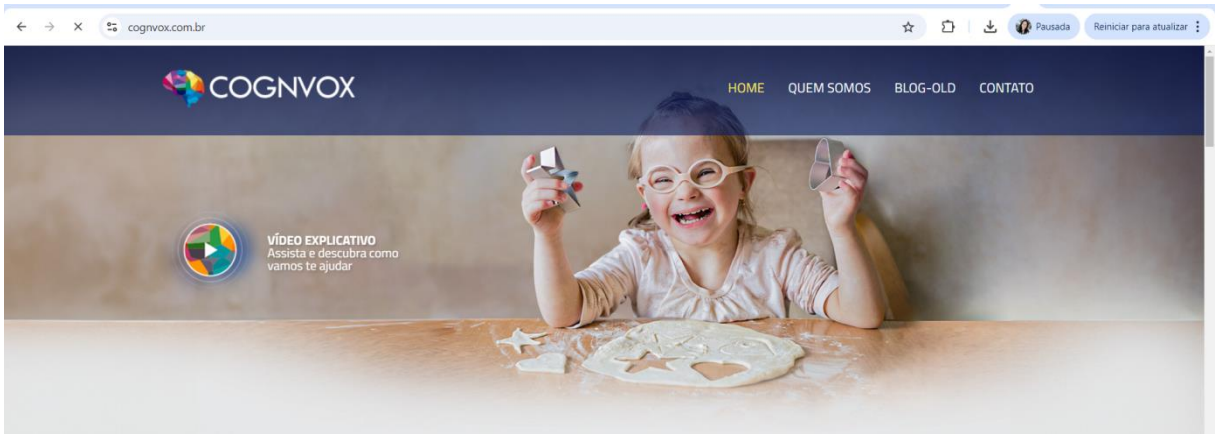


Figura 2: Interface inicial da página da web do programa Cognvox.

Na entrevista com a assistente do programa da escola Santa Luzia (Anexo 3), ela ressalta que o projeto visa ajudar os alunos no seu desenvolvimento social, escolar e profissional. O programa que também está sendo desenvolvido na rede de ensino de Coruripe, disponibiliza para os alunos atípicos: 300 tablets com diversas praticas, consulta com psicólogos/as para os pais, praticas manuais, etc. o contrato do programa com o município é de 1 (ano), mas pode ser prorrogado por mais 5 (cinco) anos.

Somente nos dois primeiros meses de funcionamento do programa no município já foram feitas as seguintes ações (Tabela 1).

Tabela 1: Ações feitas do programa nos dois primeiros meses

Atendimentos Psicológicos	404
Vídeos finalizados	250
Práticas pedagógicas	250
Escolas e creches atendidas	29

No ano de 2020 foi publicado uma pesquisa de Nascimento e Souza (2020), na qual foi feito uma análise do Plano Municipal de Educação de Penedo – Alagoas em que as autoras chegaram à conclusão de que o município estava interessado na quantidade de matriculas e no cumprimento de adaptações arquitetônicas, não sendo encontrado ações que demonstrem preocupação com o processo de aprendizagem dos estudantes com deficiência. Contrariando essa conclusão, essa pesquisa mostrou que o município vem promovendo ações em prol da educação inclusiva, através de ônibus adaptados, profissionais qualificados, salas de AEE nas escolas, programas de desenvolvimento cognitivo, entre outros. Os resultados são refletidos no número crescente de matriculas de alunos atípicos a cada ano.

9. Considerações Finais

Falar sobre pessoas atípicas é sempre um assunto bastante delicado, pois envolve sentimentos tanto das pessoas que apresentam algum tipo de transtorno, como dos pais e responsáveis por essas pessoas. Como mãe de uma menina com TEA, sei o quanto estar diante de um diagnóstico é bastante perturbador. Hoje, passados 7 (sete) anos que recebi o diagnostico vejo o quanto foi angustiante aquela situação, em que a falta de conhecimento me fazia ficar inquieta, me pondo sempre a questionar: E agora? O que posso fazer para ajudar ela? Será que vão zombar dela? E na escola? Ela vai estar segura? Confesso que fiquei muito mal, com sentimento de luto, pois aquelas expectativas que tinha diante da minha primeira gestação, os planos que tinha de futuro para ela foram frustrados. Ao longo do tempo os desafios começaram a chegar, entre os quais o de entrar na escola. Como já estava a par dos direitos que ela tinha, fiquei tranquila em saber que ela teria uma professora com as atenções voltadas para ela, atendendo todas as suas necessidades. Diante dessa minha experiência pessoal, fica claro o quanto ações de políticas públicas são essenciais para o acolhimento não somente dos alunos atípicos, mas também dos seus familiares. Conforme visto, o município de Penedo – Alagoas está investindo nesse proposito, através do lançamento de programas de desenvolvimento cognitivo, adaptação dos ônibus escolares, capacitação dos profissionais, matriculas de todos alunos, etc. Fica com o desenvolvimento dessa pesquisa a esperança de que outros municípios que ainda não tenham esse interesse pela educação inclusiva, passe investir mais, pois o direito a educação é de todos.

Referencias

Avanços na secretaria de educação e metas para 2024.Lance livre, Penedo – Alagoas: Rádio Penedo FM, 08 de janeiro de 2024. Programa de rádio;

AGUIAR, M. A. S. Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009: questões para reflexão. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 707-727, jul.-set. 2010.

ANDRADE, L. B.; FERREIRA, G. Políticas públicas de inclusão na educação infantil. **Anais...** I seminário internacional de pesquisa em políticas públicas e desenvolvimento social. 2014.

BRASIL. Lei n°13.005, de 25 de junho de 2014. **Plano Nacional de Educação.** Disponível em: https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014. Acesso em: 23 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial. **Política e resultados Educação Especial (1995–2002).** Brasília, DF: MEC, 2002.

BRASIL. **Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.** Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 26 abr. 2024.

BRASIL. **Lei Romeu Mion.** Lei n° 13.977/2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13977.htm. Acesso em: 26 abr.2024.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.** Lei n° 13.146, de 6 de julho de 2015. Disponível em:https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 23 abr 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1998**. Brasilia, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituição/Constituição.htm. Acesso em: 06 de set. 2024.

BRASIL. **Estatuto da Criança e Adolescente. Lei 8.069/90.** São Paulo, Atlas, 1991.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** 2008 Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial. Acesso em: 05 de Set.2024.

BREITENBACH. Fabiane V. **Políticas públicas na Educação Especial.** Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2017.

CONFERÊNCIA REUNIU 157 PAISES NA TAILÂNCIA. Folha de S. Paulo. São Paulo, 11 de junho de 1999. Disponível em: < https: // WWW1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff11069921.htm >. Acesso em: 16 de julho de 2024.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca – Espanha, 1994.

FERREIRA, G. S.; ANDRADE, L. B. Políticas Públicas de Inclusão na Educação Infantil. **Anais...** I seminário Internacional de Pesquisa em Políticas Públicas e Desenvolvimento Social. 2014.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTÁTISTICA – Censo Brasileiro de 2022. Rio de Janeiro. 2023.

INEP. **Censo escolar 2012.** Brasília, DF: INEP,2012. Disponível:http://portal.inep.gov.br/basica-censo. Acesso em: 29 abr. 2024.

MACHADO, J.P & SOUZA PAN, M.A.G. Do nada ao tudo: Políticas Públicas e a educação especial brasileira. Educ. Real., Porto Alegre, v. 37, n. 1, p. 273-294, jan./abr. 2012. Disponível em: http://www.ufrgs.br/edu_realidade.

MATISKEI, Angelina C. R. M. Políticas públicas de inclusão educacional: desafios e perspectivas. **Educar em Revista**. Curitiba, PR: Ed. UFPR, n.23, 2004. p.185-202.

MIRANDA, Elis. A influência da relação professor-aluno para o processo de ensino aprendizagem no contexto afetividade. **Anais...** 8º Encontro de Iniciação Científica e 8ª Mostra de Pós Graduação. FAFIUV, 2008. Disponível em: http://www.ieps.org.br/ARTIGOSPEDAGOGIA.pdf. Acesso em: 23 abr. 2024.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**: livro 1. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

NASCIMENTO A. S & SOUZA. J. **Educação Inclusiva no Plano Municipal de Educação de Penedo/AL**: Vivencias e desafios. 2020. Disponível em : www.conedu.com.br. Acesso em: 25 de Set. de 2024.

PENEDO. **Lei nº 1.537/2015.** Aprova o Plano Municipal de Educação- PME, para o período de 2016 a 2025.

REBELO, Andressa S.; KASSAR, Mônica M. Indicadores educacionais de matriculas de alunos com deficiência no Brasil (1974-2014). **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 29, n. 70, p. 276-307. Disponível em: http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/3989/3576 Acesso em: 25 abr. 2024.

SANTOS, Mônica P. A formação dos professores no contexto da inclusão. **Anais...** II Congresso Internacional do INES e VIII Seminário Nacional do INES: Surdez e Escolaridade: Desafios e Reflexões. Rio de Janeiro: INES. De 17 a 19 de setembro de 2003, p. 63-70.

SILVA, V. T; SANTOS, E. F; CAVALCANTE, V. C. Educação Especial e Inclusiva em Penedo: aplicabilidade das metas e estratégias do PME nas escolas municipais, 2017.

SOARES, G.A.S & SOUSA, C.A. A Educação especial na rede privada de ensino: O direito a inclusão de crianças e adolescentes deficientes nas escolas particulares. Disponível em: artigos/a-educacao-especial-na-rede-privada-de-ensino-o-direito-a-inclusao-de-criancas-e-adolescentes-deficientes-nas-escolas particulares/1553964213. Acesso em: 22 de Set. 2024.

UNESCO. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Artigo 26. Disponível em: https://www.unidospelosdireitoshumanos.org.br/course/lesson/articles-26-30/read-article-26.html. Acesso em: 01 de set. de 2024.

ANEXOS

Anexo 1 – Questionário

NOME: Darlyane da Silva Santos

FUNÇÂO: Psicopedagoga do Atendimento Educacional Especializado – AEE.

ESCOLA: Municipal de Educação Básica Santa Luzia.

1 –Você considera que o cenário educacional está inclusivo?

R – Um grande caminho para a inclusão já foi dado, mas muito ainda precisa ser feito, como por exemplo, as libras, mais investimento em recursos voltados para esse público, como livros falados e em braile, entre outros.

2 –Você acha que o número de alunos atípicos está crescendo nas escolas?

R – Sim. Quando comecei a trabalhar com a educação inclusiva, no ano de 2018, o número de matriculas estimadas dos alunos eram de 100, esse ano já estamos chegando a quase 400 alunos.

3 –Na sua opinião, qual é o principal desafio para o município alcançar maior sucesso na educação inclusiva?

R– Na minha visão a parceria entre a família e a escola, ainda é um grande obstáculo. Muitos pais não aceitam o diagnóstico dos filhos, não medicam quando é preciso e não vão à escola quando solicitados.

4 –Dos alunos da educação inclusiva que você atende na sala de recursos, qual a condição que mais prevalece?

R –Autistas**.**

5 – Os pais são participativos quando solicitados?

R – A grande maioria não. Agora mesmo, estou precisando fazer anamnese com eles, e poucos compareceram.

6 – A frequência dos alunos nos atendimentos são assíduas?

R – Sim. As professoras auxiliares e as cuidadoras, são muito responsáveis e levam sempre eles nos seus respectivos horários.

7-Você considera que os profissionais atuantes na educação especial estão preparados para esse oficio?

R – Noto que muitos ainda estão despreparados. Apesar de defender a realização de cursos de capacitação com mais frequência, o preparo vai de cada um, ou seja, tem muitos cursos e especializações de qualidade disponíveis na internet, além disso são gratuitas.

8 –Você considera a realização dos cursos de formação continuada fundamentais para o preparo dos profissionais da educação inclusiva?

R – Sim. São importantes, mas como disse anteriormente, vai depender de cada um ir em busca de conhecimento, visto que na internet tem disponível diversos cursos acessíveis e gratuitos.

9 –Qual a importância do AEE para os alunos com atípicos?

R– Estimular a dificuldade d0s alunos, de acordo com a dificuldade de cada um. No momento não tenho com atender um aluno por vez, pois a escola possui muitos alunos, assim atendo dois alunos ao mesmo tempo.

10 -Você acha que o preconceito diminuiu em relação a esse público alvo? Os paisestão aceitando mais? Por que?

R – Sim. As pessoas estão mais conscientes. O que ainda persiste é a visão de coitadinho, na qual colocam as pessoas atípicas no patamar de coitados e muitas vezes são tratados como eternas crianças.

Anexo 2 – Questionário

1 – O que é inclusão para você?

R –

2 – O que você observa de novo na educação inclusiva, se comparado ao inicio da sua carreira?

R

3 – Você considera que está ocorrendo inclusão desses alunos ou ainda falta mais iniciativas par que ocorra uma verdadeira inclusão?

R –

4 – Quais desafios você considera que estão ainda presentes na educação inclusiva?

R-

5- Para você espaços como a sala de AEE são importantes para a aprendizagem desses alunos?

R –

6 – Além da sala do AEE, o que mais seria essencial nas escolas para melhor acolhimento desses alunos?

R -

Anexo 3 – Questionário 3

NOME: Natalia

FUNÇÂO: Assistente do programa COGNVOX

ESCOLA: Municipal de Educação Básica Santa Luzia.

1 - O que é o programa Cognvox? E qual a sua finalidade?

R – O Cognvox é um programa de desenvolvimento cognitivo para pessoas neurodivergentes, o que inclui deficientes intelectuais, Espectro autista, TDHA, entre outros.

A finalidade do programa é ajudar os alunos no seu desenvolvimento social, escolar e profissional.

2 – Quantos alunos neurodivergentes o programa atende ao todo? E na escola Santa Luzia quantos?

R – O programa Cognvox atende atualmente na cidade de Penedo cerca de 300 alunos. E na escola Santa Luzia 50 alunos até o momento.

3 – O programa consegue atender a todos os neurodivergentes a rede? E da escola Santa Luzia?

R – Dentro do contrato que o município de Penedo fez com o programa, estão inclusos 300 tablets, porém como os resultados estão positivos, possivelmente novos tablets serão adquiridos.

4 – Quanto tempo o programa está previsto?

R – O programa foi contratado por 12 (doze) meses, mas podendo se estender por mais 5 anos.

5 – Quais os cids que mais prevalecem nos seus atendimentos?

R – O Cid 11 F84 e o F70, F71 e F90, são os mais frequentes.

6 – Qual as principais dificuldades encontradas para a realização dos atendimentos

R – O maior fator de dificuldade é o engajamento dos pais.

8 – Quais atividades estão disponíveis no programa.

R – A plataforma possui mais de 5.000 (cinco mil) práticas, entre elas jogos, atividades não virtuais, socioculturais e práticas manuais, que são indicadas pelos psicólogos de acordo com suas necessidades.